

Análise do orçamento só começa na quarta

Somente na próxima quarta-feira, com a leitura da mensagem do presidente José Sarney encaminhando o orçamento geral da União, é que a Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso Nacional começará a examinar, em 32 blocos diferentes, a proposta orçamentária para o próximo ano. É que os 60 membros e os 32 relatores-adjuntos ainda não receberam o texto, de mais de mil páginas, do orçamento, que está sendo duplicado pelo Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado).

Por esse motivo, o relator-geral do orçamento, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), afirmou ontem que não tinha condições de adiantar uma análise global do orçamento nem mesmo tendências dentro da comissão, como a de que devem ser restabelecidas as subvenções para deputados e senadores, cortadas pelo governo na chamada Operação Desmonte. Ele garantiu, apesar da ampla repercussão desse tema, que as subvenções não serão motivo de negociação entre o Congresso e o Governo.

Segundo Almir Gabriel, foi o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que notou a falta do item relativo às subvenções,

Ivaldo Cavalcante 8.7.88



Gabriel: ação política

existentes desde 1948. Para decidir esta questão, no entender do relator, o importante é que seja assegurada a autonomia do Legislativo para exercer as suas prerrogativas recuperadas com a nova Constituição.

Transição

Almir Gabriel ressaltou a importância do exame do orçamento este ano como um processo de transição entre os limites que o Congresso tinha até o ano passado e amplas possibilidades a partir da nova Constituição, com o poder de emendar ou até mesmo criar despesas (desde que indique a fonte da receita).

“Nós não estamos diante de uma atividade burocrática, na análise de

um documento comum, mas numa ação política que visa a análise de um instrumento de políticas públicas”, disse o relator, garantindo — contra possíveis críticas de casuísmos congressuais — que a comissão “não vai considerar os interesses menores se sobrepondo aos grandes objetivos de estabilidade econômica e estabilidade social do País”.

Almir Gabriel e o deputado Cid Carvalho informaram ontem que até quarta-feira próxima, quando a comissão se reúne pouco antes da leitura da mensagem, deverá ser resolvida a questão da apresentação de emendas: os dois querem limitar o número de emendas que cada um dos 559 congressistas (deputados e senadores) poderá apresentar para evitar o que aconteceu em 1963, quando, pela última vez, o Congresso pôde emendar o orçamento: a apresentação de 103 mil emendas.

Entre dez (o número ideal de Almir Gabriel) e 20 (o limite máximo sugerido por Cid Carvalho) deverá ser o número de emendas que cada parlamentar poderá apresentar, o que daria entre 5.590 e 11.180 emendas. Depois da apresentação de emendas é que os congressistas poderão apresentar emendas.